

A MEDICINA DAS MULHERES. AS PRIMEIRAS REVISTAS DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA DO BRASIL

WOMEN'S MEDICINE. THE FIRST MAGAZINE OF OBSTETRICS AND GYNECOLOGY OF BRAZIL

Patrícia de Freitas*
patidefreitas@gmail.com

RESUMO: o presente artigo apresenta os primeiros periódicos da área médica publicados no Brasil. Dando ênfase àqueles relacionados à ginecologia e obstetrícia, em particular a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia que circulou de 1907 a 1978. As revistas médicas necessitam da análise das ciências humanas, seu repertório faz um mapeamento sofisticado do corpo, em especial do corpo das mulheres. Logo, o objetivo deste artigo é apresentar a um público maior esse material, reconhecendo-o como uma importante referência para a pesquisa histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos, Ginecologia, Obstetrícia.

ABSTRACT: The present article presents the first medical journals published in Brazil. With emphasis on those related to gynecology and obstetrics, in particular the Journal of Gynecology and Obstetrics that circulated from 1907 to 1978. Medical journals need the analysis of the human sciences, its repertoire makes a sophisticated mapping of the body, especially the body of the women. Therefore, the purpose of this article is to present a greater audience to this material, recognizing it as an important reference for historical research.

KEY-WORDS: Journals, Gynecology, Obstetrics.

As primeiras revistas médicas do Brasil

O presente artigo procura evidenciar a relevância das revistas médicas como fonte de pesquisa histórica. Particularmente, apresentando a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia, periódico médico especializado, editado entre 1907-1978. Além de considerar a revista como um repositório das especialidades médicas voltadas às mulheres, o período que a revista circulou é muito expressivo. Logo, a importância de assinalar seu longo percurso, dando-lhe o título de periódico médico com maior duração no Brasil.

Analisando a imprensa médica no Brasil, Santos Filho (1977) comprovou a sua existência desde a fundação das escolas de medicina. Neste período inicial, teriam surgido mais de cinquenta publicações que versavam sobre medicina e farmácia. Muitos desses

* Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem pesquisas na área de gênero, em especial, sobre a medicalização do corpo feminino. Estuda a questão étnico-racial e os desdobramentos decorrentes da lei 11.645. Além das pesquisas em questão, tem interesse na história da educação e prática de ensino. Atualmente é professora da Rede Pública do estado de Santa Catarina.

periódicos foram de curta duração, tiragem limitada e circulação restrita. Além dos periódicos médicos lançados no Rio de Janeiro e Salvador, publicaram-se revistas no Recife, Maranhão, Campos, Fortaleza, Niterói e São Paulo. O primeiro periódico brasileiro da área foi O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia, que circulou apenas em dois volumes: um publicado em 1827 e outro, em 1828. Algum tempo depois, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro lançou seu caderno divulgador, o Semanário de Saúde Pública, entre os anos de 1831 e 1833.

Segundo Luiz Otávio Ferreira (1999), o periódico publicado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina (1835), divulgava as atividades da instituição, publicando atas das sessões, relatórios de atendimentos médicos e os trabalhos dos seus consorciados. Para Santos Filho (1977), a Gazeta Médica da Bahia lançada em 1860, órgão de divulgação da Escola Tropicalista Baiana, foi o periódico mais significativo do período. No momento de implantação das faculdades de medicina, além das revistas, eram publicadas as teses de doutoramento, defendidas no último ano do curso médico, as teses de concursos às cátedras, as memórias, os compêndios e os tratados.

Ferreira (1999), que estudou os periódicos médicos que circularam no Rio de Janeiro entre 1827 e 1843, acredita que essas revistas foram instrumentos fundamentais de formação e ampliação da medicina. A pequena duração dos periódicos talvez possa ser explicada pelas sérias dificuldades materiais e culturais para a sua institucionalização. Os periódicos brasileiros teriam seguido a tradição europeia que, até o final do século XVIII, não os havia singularizado como um instrumento de divulgação de trabalhos originais. Nesse sentido, as primeiras revistas médicas brasileiras difundiam o conhecimento europeu. Apresentavam em suas páginas traduções de capítulos de livros da área, assim como apontamentos de enciclopédias médicas que haviam sido publicadas em jornais e revistas estrangeiras.

A Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia

A Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia teve seu primeiro número publicado em agosto de 1907 e desde o início intitulou-se como o primeiro periódico do gênero, o que, nesse sentido, preencheria uma lacuna na literatura médica do país, pois, segundo seu

fundador e colaborador “[...] não há em todo Brasil, ao que conste, qualquer jornal médico destinado exclusivamente às questões de obstetrícia e ginecologia”, (MOTTA, 1907, p. 01). A cada edição comemorativa de aniversário, a revista se autodenominava o verdadeiro e primeiro arauto da ginecologia, obstetrícia e pediatria¹ no Brasil.

Dr. Alberto Ribeiro de Oliveira Motta, no edital comemorativo de primeiro ano da revista, coroava os esforços e a tenacidade daqueles que haviam empreendido uma obra de ciência e patriotismo. Para o diretor da revista, todas as dificuldades enfrentadas naquele primeiro ano de publicação foram válidas, pois o periódico representava “[...] uma fagueira esperança no futuro” (MOTTA, 1907, p. 01). Mesmo assim, chamava a atenção para os problemas enfrentados pelos seus editores, atestando a deficiência de clínicas médicas, o que dificultava a prática da medicina, reclamando da indiferença do brasileiro para o que era seu. No entanto, reconhecia à acolhida interessada e bondosa dos assinantes e leitores no Brasil e no estrangeiro, fato que por si só recompensava a administração e a redação da revista que “[...] envidará tudo quanto for mister para o engrandecimento e progresso do primeiro arquivo de obstetrícia nacional” (MOTTA, 1908, p. 285).

A longevidade da publicação, seus quase oitenta anos (1907/1978), assegurou-lhe o título de revista médica que por mais tempo circulou no Brasil. Com regularidade e estabilidade de uma revista mensal, impressa inicialmente pela Tipografia Besnard Freres – Rua do Hospício, 130 na cidade do Rio de Janeiro. É importante destacar a figura do médico Alberto Ribeiro de Oliveira Motta² (1879-1962), ou como costumava assinar seus artigos e editoriais Dr. A. R. de Oliveira Motta um dos maiores colaboradores do periódico. Além de haver fundado a revista, Oliveira Motta foi seu diretor até 1956.

No seu 15º ano de publicação, a revista recebeu, em janeiro de 1922, a denominação de Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Ginecologia, título que sustentou

¹ A revista, em janeiro de 1919, incluiu no seu título a especialidade pediátrica, transformando-se em *Revista de Ginecologia, d'Obstetrícia e de Pediatria*, o que perdurou até dezembro de 1920. Importante destacar que, com ou sem a denominação pediatria em seu título, a revista sempre tratou de temas ligados à infância, o que está intimamente ligado à postura do periódico.

² Nascido em Mogy Mirim, no Estado de São Paulo, o Dr. Alberto Ribeiro de Oliveira Motta, ao lado de nomes como do médico Fernando Magalhães foi um dos mais importantes nomes da obstetrícia do país. Além de fundar a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia ele ocupou a Cadeira de número 69, como Membro Titular da Academia Nacional de Medicina. Professor, médico clínico, publicou inúmeras obras e ocupou cargos nas principais instituições médicas da cidade do Rio de Janeiro, assim como de sociedades de obstetrícia e ginecologia no Brasil e no exterior. Disponível em: http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=132. Acesso em 29 de março de 2017.

em sua capa até julho de 1929, quando, a partir de então, deixou de representar a mencionada sociedade. O Dr. A. R. de Oliveira Motta, retirou a denominação oficial da instituição pelo fato de um dos associados haver recusado ao secretário de redação da revista um trabalho lido numa das sessões da Sociedade Brasileira de Ginecologia. A revista, que desde que assumira a obrigação de publicar oficialmente todas as atas e trabalhos apresentados nas reuniões da Sociedade, segundo seu diretor, nunca poupou esforços para que tudo corresse de modo correto. Todavia, se um sócio desta Sociedade recusava-se a publicar trabalhos no órgão oficial de publicidade, a este caberia o dever de exonerar-se do cargo, evitando assim maiores embaraços a Sociedade (MOTTA, 1929, p. 328-329).

Algumas décadas depois, em 1962, um editorial anunciava que a partir daquele exemplar a revista passaria a representar o órgão oficial da Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasco), o que significava, nas palavras do redator, a abertura de um canal de comunicação não apenas da Federação, mas de todas as Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia do país.

A Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia sente-se realizada. Não nos anima senão o desejo de servir, a continuar a ser o que em 55 anos temos sido: o repositório das atividades de Obstetrícia e de Ginecologia, os anais do grande e pertinaz trabalho dos tocoginecologistas³ [especialistas em partos e moléstias das mulheres] do Brasil. (REZENDE, 1962, p. 01-02, grifo meu).

Em 1967, a revista passou a representar também o Centro de Estudos da Maternidade de São Paulo e, em 1972, a Febrasco já não aparece mais no frontispício da revista. Dois anos mais tarde um novo editorial anunciava a adoção de mais um órgão oficial, a Sociedade Paulista de Perinatologia, criada durante as comemorações da fundação da Maternidade de São Paulo. Ainda segundo o editorial, a perinatologia (bem-estar de fetos e recém-nascidos) era uma disciplina que havia aparecido recentemente e que reunia conhecimentos de obstetrícia, neonatologia e de matérias correlatas, pois abrangeria o conceito antes, durante e depois do parto (Editorial, 1974, p. 226). A revista, ao longo de sua existência, principalmente durante o período da primeira direção, pareceu lutar incansavelmente para manter-se na primogenitura das publicações na área da ginecologia, obstetrícia e pediatria. Além disso, foi possível constatar um movimento de idas e vindas em

³ Em janeiro de 1962, a revista, com nova direção e comemorando o 55º aniversário comunicou que a partir daquela data apresentaria em seu frontispício o título de Órgão Oficial da Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e d'Obstetrícia (FEBRASCO), congregando a Federação e todas as suas filiadas.

relação a revista representar as sociedades, federações e centros de estudos de ginecologia, obstetrícia e perinatologia do país.

Temas de ginecologia e obstetrícia nas revistas médicas

Sobre a publicação de artigos relacionados às especialidades médicas voltadas às mulheres. Tais textos também foram introduzidos em revistas que não eram necessariamente desses estudos. Ao que tudo indica, artigos sobre obstetrícia e ginecologia circulavam em jornais e revistas da área médica em geral. Segundo Lilia Schwarcz (1993), esse jornalismo científico, que emergiu em grande quantidade a partir de meados do século XIX, foi editado em sua maioria nos principais centros médicos do Império.

Em sua tese sobre Mme. Durocher, a historiadora Maria Lucia de Barros Mott de Melo Souza (1998), destaca que esta profissional, antes mesmo de ser admitida como sócia da Academia Imperial de Medicina, escreveu cartas, propostas e observações (Souza, 1998, p.194, nota de rodapé nº 55) relacionadas à clínica obstétrica no periódico da mencionada agremiação. No entanto, antes mesmo da participação efetiva de Mme. Durocher nas páginas dos Anais Brasilienses de Medicina, duas outras parteiras publicaram seus apontamentos no órgão de divulgação da Academia. Em 1865, Tereza Jesuina Tygna apresentou o texto intitulado “A congestão do útero provocando aborto” e, no ano seguinte, Felicíssima Ferreira discorreu uma nota sobre “Supefetação” (SOUZA, 1998, p. 194, nota de rodapé nº 54).

Estes dados acima citados, referentes a parteiras que escreviam sobre suas práticas na imprensa médica, põem em evidência a participação feminina na discussão de temas relacionados às especialidades voltadas às mulheres num espaço institucionalizado. O mais relevante é perceber como suas observações foram respeitadas pelos profissionais “habilitados”, a ponto de seus pareceres e considerações serem publicados e haverem chegado até nossos dias.

Artigos sobre ginecologia e pediatria, que então faziam parte de um campo de abrangência maior da medicina chamado “medicina interna”, também circulavam no interior de outras revistas médicas, como no caso da Gazeta Médica da Bahia, de 1866, e do Brazil Médico, de 1887, que era vinculado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 1993, p. 198-219). Ainda na segunda metade do século XIX, em 1861, foi publicada a Revista

Obstétrica (ROHDEN, 2001, p. 66). A coleção encontrada na Biblioteca Nacional está incompleta e, ao que tudo indica, a revista teve uma curtíssima duração, mas nem por isso foi pouco tumultuada, como já indicava seu sub-título: um jornal mensal que se denominava: “[...] científico, humanitário e crítico. Expressamente destinado às controvérsias médicas e farmacêuticas” (Revista Obstetrícia, 1861, s.p.). Os colaboradores natos seriam todos aqueles médicos ou parteiros que destinassem artigos a serem publicados na revista. A preocupação dos editores foi a de que, além da área da obstetrícia, a revista se interessasse pelas novidades, por novos achados, desde que envolvessem a medicina:

[...] cada número dessa revista [...] constará de memórias ou monografias oferecidas a redação, além da tradução e simples transcrição dos artigos obstétricos, ou puramente médicos de progresso e notável interesse, como de efemérides d’uma quinzena, fatos clínicos, notícias das operações e estatísticas dos nossos práticos e suas polêmicas científicas, sob as condições acima ditas (GARCIA, 1861, p. 137).

Como foi possível observar, temas relacionados às especialidades médicas voltadas às mulheres circularam em revistas médicas desde os seus primeiros exemplares. Fato que parece haver passado despercebido pela redação da revista, que seguiu imune a qualquer referência ou nota acerca de publicações anteriores, como o caso, da Revista Obstétrica que teve seu primeiro número publicado em 1861. A única menção encontrada acerca do aparecimento de um periódico diz respeito a uma nota do seu diretor/fundador A. R. de Oliveira Motta, que anunciou, em janeiro de 1936, o surgimento do 1º fascículo do volume I da Revista de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo, em julho de 1935. O diretor felicitou a nova publicação na área da ginecologia e da obstetrícia e aproveitou para lembrar aos seus leitores que não se tratava da mesma revista, apesar da semelhança dos nomes (MOTTA, 1936, p. 67).

Por coincidência ou não, em dezembro de 1935, uma nota anunciava que a Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia passaria a contar com colaborações estaduais, permitindo a cada unidade da nação publicar uma verdadeira revista especializada sem qualquer dispêndio monetário. Bastava formar uma comissão que se encarregaria de coletar e selecionar trabalhos originais e inéditos. A ideia teria sido aceita com entusiasmo pelas figuras mais representativas das especialidades nos Estados (Nota, 1935, p. 654-655). Na publicação do mês seguinte, prontamente constava um adendo intitulado: Revista de

Ginecologia e d'Obstetrícia, assim exposta: – “Secção do Estado de Minas Gerais”; em junho de 1938, publicou-se a “Secção dos Estados do Norte do Brasil” (Bahia ao Amazonas).

A publicação destas seções extras aumentou o número de páginas da revista e, conseqüentemente, de leitores. Ou o editor estava preocupado com os especialistas perdidos na imensidão do Brasil ou pensava em arruinar a idealização de novos periódicos. Com isso, o responsável parecia querer impedir que outras revistas aparecessem, pelo menos indiretamente. O fato é que a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia sobreviveu mesmo diante das dificuldades e da vigência de outras revistas congêneres.

No final da década de 1930 é notório o acréscimo de páginas da revista, assim como um número significativo de anúncios. Ao que tudo indica a publicidade teve um peso considerável no custeio do periódico. Como já foi dito num momento anterior, em meados do século XIX surgiu um número significativo de publicações na área médica. Segundo Schwarcz, esta variedade de jornais e revistas científicas também foi motivada pelo aumento de produtos farmacêuticos, que impulsionaram a publicidade e, conseqüentemente, a garantia da periodicidade de muitas dessas revistas (1993, p. 198-199). No segundo número da Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia, de setembro de 1907, já foi possível observar os primeiros anúncios.

Existia certo ar de rivalidade entre as instituições médicas do país no início do século XX, em especial entre os seus dois principais centros irradiadores do saber: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia. É provável que essa rivalidade também reverberasse nas publicações. Além do aumento de páginas, a revista, a partir de 1936, promoveu transformações na sua matéria-prima. O boletim passou a ser impresso em papel *couché*, o que garantiria uma maior nitidez aos seus textos. Os periódicos que existiam ou estavam por vir preocupavam sim seus editores; não foi por acaso que o diretor da revista agradeceu a preferência pelo seu periódico. A concorrência já não podia mais ser ignorada.

[...] a longa existência desta Revista e sua longa distribuição no nosso país e no estrangeiro, assim como a sua orientação exclusivamente dedicada ao progresso da especialidade, justificam o apoio e a estima de que temos gozado e nos dão o direito de continuar a merecer a preferência de leitores e anunciantes (Nota, 1935. p. 654-655).

É em função destas constatações e da longa duração da revista que se pode destacar a luta e a competência de seu diretor/fundador, que resistiu a tantos governos, assim ocorreu com os seus redatores, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando o espaço para a atuação dos médicos era precário, conforme denunciavam:

[...] o estado de abandono em que se acham entre nós, muitos capítulos da assistência à infância, que dizem respeito à obstetrícia, tais como: a amamentação, a proteção à mulher, antes e depois do parto, traduzem, no confronto com os outros países da América e da Europa, uma negligência criminosa (A Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia, 1907, p. 02).

Os médicos, nesse período, devem ser considerados observadores que procuravam intervir na sociedade. Os profissionais da medicina empenhavam-se em retratar as condições da assistência à infância e da proteção à gestante de modo bastante contundente. Eles mapeavam as condições de vida da população e apresentavam o resultado de suas investigações em periódicos, congressos, teses, colóquios. A Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia, dentro desta perspectiva, pode ser considerada um repositório especializado de informações sobre o corpo das mulheres, em especial sobre a gravidez, pois: “A parte infantil da população de qualquer Pátria é o viveiro dos servidores que hão de sustentá-la e engrandecê-la” (SILVADO, 1907, p. 56). Daí pregarem discursos normativos acerca da sexualidade, da organização das famílias, da educação das crianças, dentre outros.

Ainda sobre a circulação de revistas médicas na área de especialidades dedicadas às mulheres, deve-se destacar que, entre 1861 e 1940, a ginecologia e a obstetrícia no Brasil contava com um total de sete publicações. Como destacou Fabíola Rohden: Revista Obstétrica (1861); Revista Ginecológica Brasileira (1887); Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia (1907-1978); Revista Brasileira de Ginecologia (1922-1931); Clínica Obstétrica (1928-1931); Revista de Ginecologia e Obstetrícia de São Paulo (1935-1947); Anais Brasileiros de Ginecologia (1936-1940) (ROHDEN, 2001, p. 66-67). Entre elas, a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia que teve o maior tempo de duração (1907-1978).

Esse número de publicações parece-me bastante significativo, e demonstra como a ginecologia e a obstetrícia, na primeira metade do século XX, suscitava interesse por parte dos profissionais da área médica, que utilizavam as páginas dos periódicos para discutir aspectos relevantes sobre a profissão.

Além de destacar o acréscimo no número de publicações e o reconhecimento das especialidades, é importante dizer que o discurso assumido por essas revistas faz lembrar, talvez de um modo mais brando, àqueles das revistas médicas que tratavam das doenças mentais ou da higiene pública. A intelectualidade brasileira, influenciada por teorias raciais importadas, tentou explicar as peculiaridades de um país como o Brasil, uma recém-nascida república, composta por um povo miscigenado. A eugenia parecia responder a esses impasses, sintonizando-se, ao mesmo tempo, com os ideais republicanos de ordenação e aperfeiçoamento físico e moral da população (MARQUES, 1994, p. 61).

Logo, caberia aos médicos a missão de promover o progresso da nação, o que significava retirar o povo de um estado de degeneração física e moral. Sob a égide da medicina, engenheiros e educadores também se juntaram à batalha em prol de uma nação devidamente civilizada. O espaço urbano foi palco de inúmeras transformações, como a demolição de casas e cortiços para a construção de grandes avenidas, ampliação da área do comércio, remodelação dos portos. Homens e mulheres para se enquadrarem nos padrões morais da ordem burguesa, passaram pelas mesmas transformações, só que de um modo muito mais sofisticado. O discurso médico-sanitarista atribuiu à mulher, ao homem e à criança papéis específicos, adaptando-os ao ideal eugênico de aprimoramento da raça.

Cabe aqui mais uma vez ressaltar a importância de estudos na área das ciências biológicas, particularmente das revistas da área médica, espaços no qual o corpo humano é apresentado de modo peculiar. Alguns artigos, além de contarem com o texto escrito, o que já representa uma fonte rica de pesquisa, expõem e ilustram seus objetos de análise de modo muito particular através do desenho e da fotografia, um recurso inovador naquele período.

James Roberto Silva (2001), investigando fotografias em revistas médicas paulistanas entre 1898- 1920 mostra-nos como as pessoas acometidas de enfermidades, e que foram escolhidas para serem fotografadas, precisavam apresentar sintomas visuais aparentes e evidentes. As doenças precisavam aparecer literalmente, ter visibilidade, dando mostras na pele, no corpo, ou ainda afetar a aparência ou a coordenação motora do paciente (SILVA, 2001, p. 205). James observou que o fato ocorria apenas nas revistas especializadas, cujo público leitor muito provavelmente se restringia aos médicos, visto que

em álbuns oficiais tais fotografias estavam ausentes, “[...] em que tudo era mostrado sob o império da organização e da assepsia” (SILVA, 2001, p. 205).

No caso das revistas especializadas em ginecologia e obstetrícia, particularmente da Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia, os textos foram escritos, em geral, por homens brancos, médicos, de classes abastadas. É preciso lembrar que, neste caso, quando poucas mulheres escrevem, o sexo individual tem uma importância relativa (PERROT; PAIRE, 1983, p. 08). Afirma-se com isso que as revistas possuíam uma postura masculina, num espaço dito científico, neutro por excelência. O prognóstico que se fazia das mulheres era sempre definido por intermédio dos papéis normativos de mãe zelosa, esposa fiel e dedicada. Seguindo essa premissa, a mulher se realizaria e alcançaria a cura em função de algo externo a ela, ou seja, gestando e criando seus filhos com fins patrióticos, o que representaria uma realização do seu papel maternal⁴. Estas observações são importantes, dão pistas para a análise de textos técnicos que constituem o teor das revistas médicas especializadas. Deste modo, esse material transforma-se em importante fonte de pesquisa sob o ponto de vista das ciências humanas.

Denise B. de Sant’Anna, chama as ciências humanas, em especial a história, para tais pesquisas. Segundo esta autora o corpo é uma fonte de saber inesgotável e, dentro de uma infinidade de pesquisas. Segundo ela “[...] os estudos que buscam conhecer os processos de manipulação dos corpos nos espaços das indústrias e dos laboratórios responsáveis pela fabricação de produtos para a preservação da vida” (SANT’ ANNA, 1998, p. 172) ainda precisam ser destrinchados pelos historiadores. O pesquisador, que já adentrou em tantos recintos proibidos, precisa investigar os laboratórios, as indústrias de saúde. Além disso, uma investigação meticulosa é capaz de desvincular uma aura de neutralidade dos locais das ciências que foram considerados “[...] exteriores à toda historicidade e a toda poluição ideológica” (SANT’ ANNA, 1998, p. 173).

Tanto o texto de Sant’Anna (1998), como do historiador Thomas Laqueur (1994) e da filósofa Susan R. Bordo (1997) mostra como o corpo é um objeto pensado. Laqueur, além de evidenciar que as diferenças sexuais são historicamente produzidas, destacou também a construção das oposições, uma redefinição da “natureza” da mulher através dos tempos,

⁴ Um outro texto importante que trabalha com artigos em revistas no período 1902-1920, dentro da perspectiva de gênero é de SCHEREIDER, Rosa Maria. As relações de gênero e a história produzida pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Esboços*, v. 4, nº 4, p. 23-37, jun./dez. 1996.

vista na perspectiva de médicos. Estes profissionais construíram a concepção da oposição do corpo masculino e do corpo feminino através do orgasmo. Segundo os manuais de parteiras e médicos do século XVIII, a concepção só seria possível caso a mulher tivesse um orgasmo, ideia esta que desapareceu, após o século XVIII. O orgasmo, que até então era propriedade da concepção, passou a ser interpretado de forma separada. A natureza de gênero é dada pela cultura quase tudo que se deseja dizer sobre sexo já é dito na batalha cultural de gênero. Logo, mudam as relações para mudar as concepções, ou seja, os discursos, sobre o corpo, em especial, correspondem a novas formas de percebê-lo, dentro de outra configuração política.

Embasada nos textos de Michel Foucault, Bordo demonstra como o corpo é “[...] um lugar prático direto de controle social” (BORDO, 1997, p. 19). O engajamento e as lutas por mudanças podem ser traídos por nossos próprios corpos, em especial os corpos femininos, que sofrem um processo cada vez mais exacerbado de “aperfeiçoamento”. “Induzidas por essas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas” (BORDO, 1997, p. 20).

O que parece mais importante nesta análise é a ênfase por um discurso político eficaz sobre o corpo feminino que se encontra cada vez mais controlado. Para tanto, seria preciso reconstruir o discurso feminista dos anos 60 e 70. Bordo enfatizou que o poder deve ser interpretado através dos conceitos de Foucault, visto como uma rede de práticas, de mecanismos constitutivos e não repressivos. Por último, acentuou a necessidade da recuperação da rebeldia para que possamos analisar as relações de poder e ao mesmo tempo “[...] confrontar os mecanismos pelos quais o sujeito se torna às vezes enredado, conivente com forças que sustentam sua própria opressão” (BORDO, 1997, p. 22).

A fala destes autores remete à necessidade de estudar os textos produzidos por médicos, particularmente à premência de pesquisas que tenham como fonte os periódicos especializados, compreendidos como espaço de construção de saberes sobre o corpo feminino e experiências como a menstruação, a gravidez, o parto e a menopausa. Ao historiador/a caberia compreender como tais vivências foram interpretadas e como essas interpretações chegam até as mulheres em forma de modos de conduta, proibições,

censuras que podem ser apresentados como recomendações, orientações, dicas... Cabe à história questionar a área de neutralidade que envolve o discurso das ciências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, ano I, n. 1, p. 1-2, ago. 1907.

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

EDITORIAL. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, set. out. 1974.

FERREIRA, Luiz O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, ciência e saúde*, vol. 6, n. 2, jul.-out. 1999.

FREITAS, Patrícia de. *Corpos de Mulheres em (Re)vista*. A representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia 1907-1978, 2005. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, UFSC.

GARCIA, José Maurício Nunes. Editorial. *Revista Obstétrica*, nº 2-4, mai./jul. 1861.

LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo. Cuerpo género desde los griegos has Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

MARQUES, Vera Regina B. *A medicalização da raça*. Médicos, educadores e o discurso eugênico. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MOTTA, A. R. de Oliveira. Primeiro Ano. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, jul. 1908.

_____. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia – Aviso aos seus leitores*. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, ago. 1929.

NOTA. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, dez. 1935.

NOTA. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, jan. 1936.

PERROT, Michelle et PAIRE, Alain (org.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris/Marseille: Rivages, 1983.

REVISTA *Obstétrica*, nº 2-4, mai./jul. 1861.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo, gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo, história e cidadania. MARINS, Ismênia; MOTTA, Rodrigo; IOKOI, Zilda (orgs.). *História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, p. 171-184, 1998.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1977.

SILVADO, Jaime. Considerações sobre a puericultura no Rio de Janeiro. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, n. 2 set. 1907.

SCHEREIDER, Rosa Maria. As relações de gênero e a história produzida pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Esboços*, v. 4, nº 4, p. 23-37, jun./dez. 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, James Roberto. De aspecto quase florido. Fotografias em revistas médicas paulistanas, 1898-1920. *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 41, p. 201-216, 2001.

SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes MME. Durocher e sua época*. 1998. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANEXO

Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia 1907-1978, números encontrados:
(os exemplares encontrados estão assinalados)

ANOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1907	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1908	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1909	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
1910	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1911	Ano não foi encontrado											
1912	Ano não foi encontrado											
1913						x	x	x	x	x	x	
1914	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1915	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x
1916	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1917	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1918	x		x		x		x	x				x
1919	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1920	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1921	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1922	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1923	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
1924	x	x	x	x			x				x	
1925	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
1926	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1927	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1928	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1929	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1930	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

ARTIGOS

1931	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1932	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1933	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1934	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1935	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1936	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1937	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1938	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1939	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1940	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1941	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1942	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1943	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1944	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1945	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1946	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1947	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1948	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1949	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1950	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1951	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1952	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1953	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1954	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1955	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1956	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1957	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1958	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1959	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1960	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1961	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1962	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1963	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1964	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1965	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1966	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1967	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1968	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1969	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1970	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1971	A Revista não foi publicada											
1972	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1973	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1974	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

1975	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1976	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1977	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1978	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Para os interessados em pesquisar a referida revista, os exemplares foram encontrados nas seguintes bibliotecas:

Biblioteca Alfredo Nascimento da Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro;
 Biblioteca Biomédica CB/A da Faculdade de Ciências Médicas do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ;
 Biblioteca Biomédica CB/C do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ;
 Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, SC;
 Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ;
 Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, RJ;
 Biblioteca de Ciências Biomédicas e da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz, RJ;
 Biblioteca Jorge de Rezende da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ;
 Biblioteca Nacional, RJ.